



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

ETP.24.01.23.7EA-01 - DATA: 01/04/2024

Categoria: MATERIAL

### DESCRIÇÃO DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE KITS AUXÍLIO NATALIDADE, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PALMÁCIA/CE.

### CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto de contratação pública para a aquisição de kits auxílio natalidade para a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do município de Palmácia/CE se enquadra na categoria de compras comuns, conforme a Lei 14.133 de licitações. Este tipo de contratação visa garantir a eficiência e transparência na aquisição de bens e serviços necessários para atender às demandas da população de forma adequada e econômica.

### DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação do registro de preços para aquisição de kits auxílio natalidade se faz necessária para atender às demandas da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do município de Palmácia/CE. Esses kits são essenciais para garantir o apoio e assistência às famílias em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o bem-estar e desenvolvimento social da comunidade. A realização do processo licitatório, de acordo com a Lei 14.133 de licitações, assegura a transparência, competitividade e eficiência na aquisição dos produtos, garantindo a qualidade e o melhor custo-benefício para o poder público.

### DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A previsão no plano de contratação anual para a aquisição de kits auxílio natalidade, de interesse da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do município de Palmácia/CE, está em conformidade com a nova lei de licitação 14.133, garantindo transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos.

### DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. Realização de pesquisa de mercado para identificar os fornecedores que oferecem os melhores preços e condições para a aquisição dos kits auxílio natalidade.
2. Elaboração de um edital de licitação que contemple de forma clara e objetiva as especificações técnicas dos kits, prazos de entrega, critérios de julgamento das propostas e demais informações necessárias para a participação dos interessados.
3. Realização de um processo licitatório que garanta a competitividade entre os fornecedores, respeitando os princípios da isonomia, da impessoalidade e da economicidade.
4. Verificação da regularidade fiscal e trabalhista dos fornecedores participantes da licitação, a fim de garantir a idoneidade das empresas contratadas.
5. Formalização de um contrato administrativo que estabeleça as obrigações das partes, os prazos de entrega dos kits, as penalidades em caso de descumprimento e demais cláusulas necessárias para a correta execução do objeto contratado.
6. Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, visando garantir a qualidade dos produtos adquiridos e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

### LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para realizar o levantamento de mercado para a aquisição de kits auxílio natalidade, a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do município de Palmácia/CE deve seguir as diretrizes estabelecidas na Lei 14.133 de licitações públicas do Brasil. Nesse processo, é fundamental realizar uma pesquisa de preços junto a fornecedores do ramo, levando em consideração a qualidade dos produtos, prazos de entrega e condições de pagamento.

Além disso, é importante realizar uma análise de mercado para identificar possíveis fornecedores que atendam às necessidades da Secretaria e que estejam em conformidade com as exigências legais. Dessa forma, a realização do levantamento de mercado garantirá a transparência e a competitividade no processo de contratação pública, assegurando a obtenção dos melhores preços e condições para a aquisição dos kits auxílio natalidade.

### ESTIMATIVA DOS ITENS A SEREM CONTRATADOS

Descrição	Unid. Medida	Quant
<b>BANHEIRA PLÁSTICA INFANTIL, PARA USO INFANTIL - FABRICADA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE; COM CAPACIDADE APROXIMADA PARA 20 LITROS</b> BANHEIRA PLÁSTICA INFANTIL, PARA USO INFANTIL - FABRICADA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE; COM CAPACIDADE APROXIMADA PARA 20 LITROS; POSSUI FUNDO ARREDONDADO EVITANDO QUE O BEBÊ DESLIZE COM FACILIDADE; COM RECIPIENTES PARA SABONETE, SHAMPOO E ESPONJA; COM VÁLVULA DE ESCAPAMENTO PARA RETIRADA DE ÁGUA. COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.	UNIDADE	300
<b>CAMISETAS PARA RECÉM NASCIDOS, EM MALHA 100% ALGODÃO C/ ESTAMPA INFANTIL (PACOTE C/ 03 UNIDADES), COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.</b> CAMISETAS PARA RECÉM NASCIDOS, EM MALHA 100% ALGODÃO C/ ESTAMPA INFANTIL (PACOTE C/ 03 UNIDADES), COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.	PACOTE	300
<b>COLÔNIA INFANTIL</b> COLÔNIA INFANTIL - DERMATOLOGICAMENTE TESTADA E HIPOALERGÊNICO, PH BALANCEADO, SEM ÁLCOOL E PARABENOS. INGREDIENTES: AQUA POLYSORBATE -20, PARFUM, GLYCERIN, DISODIUM EDTA, LAVANDULA ANGGUSTIFOLIA EXTRACT, BENZYL ALCOHOL PHENOXYETANOL, CITRONELLOL, COUMARIN, HDROXYCITRONELLAL, LIMONENE LINALOOL. FRASCO 200ML, COM DADOS FABRICANTE NO PRODUTO.	UNIDADE	300
<b>FRALDAS CONFECCIONADAS DE PANO 100% ALGODÃO (PACOTE COM 05 UNIDADES) COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.</b> FRALDAS CONFECCIONADAS DE PANO 100% ALGODÃO (PACOTE COM 05 UNIDADES) COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.	PACOTE	300
<b>ABSORVENTE PÓS PARTO, PACOTE COM 20 UNIDADES, COM ALOE VERA, NEUTRALIZADOR DE ODORES, INCONTINÊNCIA LEVE A MODERADA, COM LINHA ADESIVA PARA FIXAÇÃO, COM DADOS DO FABRICANTE NA EMBALAGEM.</b> ABSORVENTE PÓS PARTO, PACOTE COM 20 UNIDADES, COM ALOE VERA, NEUTRALIZADOR DE ODORES, INCONTINÊNCIA LEVE A MODERADA, COM LINHA ADESIVA PARA FIXAÇÃO, COM DADOS DO FABRICANTE NA EMBALAGEM.	PACOTE	300
<b>PACOTE DE FRALDA DESCARTÁVEL BÁSICA TAM: "P", COM ALOE VERA, FORMATO ANATÔMICO, PESO 3,5 A 5 KG, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO E HIPOALERGÊNICO (PACOTE COM 10 UNIDADES)</b> PACOTE DE FRALDA DESCARTÁVEL BÁSICA TAM: "P", COM ALOE VERA, FORMATO ANATÔMICO, PESO 3,5 A 5 KG, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO E HIPOALERGÊNICO (PACOTE COM 10 UNIDADES), COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.	PACOTE	300
<b>PACOTE DE FRALDA DESCARTÁVEL BÁSICA TAM: "M", COM ALOE VERA, FORMATO ANATÔMICO, PESO 5 A 10 KG, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO E HIPOALERGÊNICO (PACOTE COM 8 UNIDADES)</b> PACOTE DE FRALDA DESCARTÁVEL BÁSICA TAM: "M", COM ALOE VERA, FORMATO ANATÔMICO, PESO 5 A 10 KG, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO E HIPOALERGÊNICO (PACOTE COM 8 UNIDADES), COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.	PACOTE	300
<b>MEIAS PARA RECÉM NASCIDO (PACOTE C/ 03 PARES), 100% ALGODÃO NA COR BRANCA, COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.</b> MEIAS PARA RECÉM NASCIDO (PACOTE C/ 03 PARES), 100% ALGODÃO NA COR BRANCA, COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.	PACOTE	300
<b>CONJUNTO MODELO PAGÃO, EM MALHA 100% ALGODÃO (CONJUNTO COM 3 PEÇAS; CALÇA COM PÉ, CAMISA E CAMISETA), COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.</b> CONJUNTO MODELO PAGÃO, EM MALHA 100% ALGODÃO (CONJUNTO COM 3 PEÇAS; CALÇA COM PÉ, CAMISA E CAMISETA), COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.	PACOTE	300
<b>SABONETE INFANTIL NEUTRO, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, COM 80 GRAMAS.</b> SABONETE INFANTIL NEUTRO, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, COM 80 GRAMAS.	UNIDADE	300
<b>SHAMPOO INFANTIL NEUTRO. FRASCO COM 200ML</b> SHAMPOO INFANTIL NEUTRO. FRASCO COM 200ML, COM PH NEUTRO E TESTADO DERMATOLOGICAMENTE : INGREDIENTES:DISODIUM LAURETH SULFOSUCCINATE/SODIUM LAURETH SULFATE, DISODIUM COCOAMPHODIACETATE, COCAMIDOPROPYL BETAINE, COCAMIDE DEA, BENZOPHENONE 3, SODIUM CHLORIDE DISODIUM EDTA, POLYQUATERNIUM -7, PEG -150 DISTEARATE, METHYLCHILLOROIISOTHIAZOLINONE/METHYLISOTHIAZOLINONE, CITRIC ACID, PARFUM, CI 16185, AQUA, CITRONELLOL, COUMARIN, ALPHAIISOMETHYL IONONE. COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.	UNIDADE	300
<b>TOALHA C/ CAPUZ TAM: 90CMX75CM COR BRANCA, COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.</b> TOALHA C/ CAPUZ TAM: 90CMX75CM COR BRANCA, COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.	UNIDADE	300

JOGO DE LENÇOL PARA BERÇO - PADRÃO NACIONAL COM ELÁSTICO DE 1,30M X 70CM X 15CM, 01 LENÇOL DE CIMA DE 90CM X 1,40CM E 01 FRONHA DE 28CM X 40CM MOTIVO INFANTIL. COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO. JOGO DE LENÇOL PARA BERÇO - PADRÃO NACIONAL COM ELÁSTICO DE 1,30M X 70CM X 15CM, 01 LENÇOL DE CIMA DE 90CM X 1,40CM E 01 FRONHA DE 28CM X 40CM MOTIVO INFANTIL. COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.	UNIDADE	300
SAPATINHO PARA RECÉM NASCIDO DE TECIDO (PAR), COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO. SAPATINHO PARA RECÉM NASCIDO DE TECIDO (PAR), COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.	PAR	300
BOLSA INFANTIL EM NYLON Nº 70 NA COR MARFIM MEDINDO 38CMX33CMX14CM BOLSA INFANTIL EM NYLON Nº 70 NA COR MARFIM MEDINDO MEDINDO 38CMX33CMX14CM, COM ACABAMENTO EM FRIZO NA COR BEGE, DIVISÓRIA SUPERIOR COM FECHAMENTO EM ZIPER Nº 08 CONTORNADA COM VIÉS BEGE, ALÇA DE MÃO EM FITAS DE PROLIPOPILENO DE 30MM, COM TEMA INFANTIL EM SUBLIMAÇÃO LOCAL PARA APLICAÇÃO DE CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO EM PLÁSTICO CRISTAL MEDINDO 9CMX5CM.	UNIDADE	300

#### ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Descrição	Unid.	Quant	Valor Unit. R\$	Valor total R\$
BANHEIRA PLÁSTICA INFANTIL, PARA USO INFANTIL - FABRICADA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE; COM CAPACIDADE APROXIMADA PARA 20 LITROS	UNIDADE	300	43,12	12.936,00
CAMISETAS PARA RECÉM NASCIDOS, EM MALHA 100% ALGODÃO C/ ESTAMPA INFANTIL (PACOTE C/ 03 UNIDADES), COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.	PACOTE	300	15,91	4.773,00
COLÔNIA INFANTIL	UNIDADE	300	21,76	6.528,00
FRALDAS CONFECCIONADAS DE PANO 100% ALGODÃO (PACOTE COM 05 UNIDADES) COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.	PACOTE	300	24,84	7.452,00
ABSORVENTE PÓS PARTO, PACOTE COM 20 UNIDADES, COM ALOE VERA, NEUTRALIZADOR DE ODORES, INCONTINÊNCIA LEVE A MODERADA, COM LINHA ADESIVA PARA FIXAÇÃO, COM DADOS DO FABRICANTE NA EMBALAGEM.	PACOTE	300	22,37	6.711,00
PACOTE DE FRALDA DESCARTÁVEL BÁSICA TAM: "P", COM ALOE VERA, FORMATO ANATÔMICO, PESO 3,5 A 5 KG, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO E HIPOALERGÊNICO (PACOTE COM 10 UNIDADES)	PACOTE	300	14,05	4.215,00
PACOTE DE FRALDA DESCARTÁVEL BÁSICA TAM: "M", COM ALOE VERA, FORMATO ANATÔMICO, PESO 5 A 10 KG, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO E HIPOALERGÊNICO (PACOTE COM 8 UNIDADES)	PACOTE	300	13,02	3.906,00
MEIAS PARA RECÉM NASCIDO (PACOTE C/ 03 PARES), 100% ALGODÃO NA COR BRANCA, COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.	PACOTE	300	12,13	3.639,00
CONJUNTO MODELO PAGÃO, EM MALHA 100% ALGODÃO (CONJUNTO COM 3 PEÇAS; CALÇA COM PÉ, CAMISA E CAMISETA), COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.	PACOTE	300	23,21	6.963,00
SABONETE INFANTIL NEUTRO, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, COM 80 GRAMAS.	UNIDADE	300	7,39	2.217,00

SHAMPOO INFANTIL NEUTRO. FRASCO COM 200ML	UNIDADE	300	15,00	4.500,00
TOALHA C/ CAPUZ TAM: 90CMX75CM COR BRANCA, COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.	UNIDADE	300	35,26	10.578,00
JOGO DE LENÇOL PARA BERÇO - PADRÃO NACIONAL COM ELÁSTICO DE 1,30M X 70CM X 15CM, 01 LENÇOL DE CIMA DE 90CM X 1,40CM E 01 FRONHA DE 28CM X 40CM MOTIVO INFANTIL. COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.	UNIDADE	300	45,20	13.560,00
SAPATINHO PARA RECÉM NASCIDO DE TECIDO (PAR), COM DADOS DO FABRICANTE NO PRODUTO.	PAR	300	5,75	1.725,00
BOLSA INFANTIL EM NYLON N° 70 NA COR MARFIM MEDINDO 38CMX33CMX14CM	UNIDADE	300	55,67	16.701,00

O setor de compras competente após realização de pesquisas de preços com fornecedores por meio eletrônico (E - mail, Banco de preço públicos praticados, sites e links da internet) constatou que o preço médio estimado global para esta contratação é de **R\$ 106.404,00 (cento e seis mil quatrocentos e quatro reais)**.

#### DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução para o objeto de contratação pública consiste na realização de um processo licitatório para o registro de preços visando a aquisição de kits auxílio natalidade, que serão destinados à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do município de Palmácia/CE. Os kits incluem itens essenciais para o cuidado com recém-nascidos, como fraldas, roupas, produtos de higiene e outros materiais necessários para garantir o bem-estar dos bebês e de suas famílias. A realização da licitação em conformidade com a Lei 14.133 de licitações públicas do Brasil garantirá a transparência, legalidade e eficiência no processo de aquisição dos kits, atendendo às necessidades da população de forma adequada e responsável.

#### JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O objeto de contratação pública para a aquisição de kits auxílio natalidade, de interesse da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do município de Palmácia/CE, poderá ser entregue fracionado em lotes, garantindo assim maior agilidade e eficiência no processo de aquisição. Dessa forma, será possível atender de forma mais rápida e eficaz às demandas da população, garantindo a disponibilidade dos kits quando necessários.

#### ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O processo de contratação pública para a aquisição de kits auxílio natalidade pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do município de Palmácia/CE seguirá as fases estabelecidas pela Lei 14.133 de licitações públicas do Brasil. Inicialmente, será elaborado o DFD (Documento de Formalização da Demanda) para identificar a necessidade dos kits. Em seguida, será realizada a cotação de preços para a seleção dos fornecedores. Por fim, será elaborado o ETP (Estudo Técnico Preliminar) para definir as especificações técnicas dos kits e planejar a contratação de forma eficiente e transparente.

#### RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação pública para a aquisição de kits auxílio natalidade tem como objetivo principal garantir assistência às famílias em situação de vulnerabilidade social no município de Palmácia/CE. Por meio desse registro de preços, a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social busca garantir a disponibilidade dos kits, que incluem itens essenciais para o cuidado com o recém-nascido, como fraldas, roupas, produtos de higiene e outros materiais necessários para o bem-estar do bebê.

Além disso, a realização desse processo licitatório está em conformidade com a Lei 14.133 de licitações, que estabelece normas e procedimentos para a contratação de bens e serviços pela administração pública. Dessa forma, a transparência e a legalidade são garantidas, assegurando que a escolha dos fornecedores seja feita de forma justa e competitiva, visando sempre a melhor relação custo-benefício para o poder público.

Por fim, ao firmar contrato com os fornecedores selecionados, a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social poderá atender de forma mais eficiente e abrangente às demandas das famílias em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a promoção da igualdade social e o fortalecimento dos vínculos familiares no município de

Palmácia/CE. Assim, a contratação dos kits auxílio natalidade por meio de registro de preços representa um importante passo na garantia dos direitos e na melhoria da qualidade de vida dessas famílias.

#### POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

A contratação pública para a aquisição de kits auxílio natalidade pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do município de Palmácia/CE pode gerar impactos ambientais significativos. A produção em larga escala desses kits pode resultar em um aumento na geração de resíduos sólidos, principalmente plásticos, que são prejudiciais ao meio ambiente.

Além disso, a logística de transporte dos kits também pode contribuir para a emissão de gases de efeito estufa, devido ao uso de veículos movidos a combustíveis fósseis. A extração de matérias-primas para a fabricação dos kits também pode causar danos ambientais, como desmatamento e contaminação do solo e da água.

Uma possível solução para minimizar esses impactos ambientais seria a busca por fornecedores que adotem práticas sustentáveis em sua produção, como a utilização de materiais reciclados e a redução do uso de embalagens plásticas. Além disso, a Secretaria poderia incentivar a reciclagem dos resíduos gerados pelos kits, promovendo a conscientização ambiental entre os beneficiários. Assim, é possível garantir que a contratação pública seja realizada de forma mais sustentável e responsável.

#### CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A contratação envolve objetos que não estão diretamente relacionados, mas que são interdependentes entre si.

#### PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

1. Realização de pesquisa de mercado para identificar fornecedores que possam atender às necessidades do município de Palmácia/CE na aquisição de kits auxílio natalidade.
2. Elaboração do edital de licitação, com a definição de critérios técnicos e financeiros para a seleção dos fornecedores.
3. Realização do processo licitatório, com a participação de empresas interessadas na prestação do serviço.
4. Análise das propostas recebidas e seleção do fornecedor vencedor, que será responsável pela entrega dos kits auxílio natalidade.
5. Capacitação dos servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, para garantir o cumprimento das obrigações estabelecidas.
6. Assinatura do contrato com o fornecedor selecionado, estabelecendo as condições de fornecimento dos kits auxílio natalidade.
7. Acompanhamento da execução do contrato, com a realização de visitas técnicas e avaliações periódicas para garantir a qualidade dos produtos entregues.
8. Encerramento do contrato, com a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e a prestação de contas final.

#### DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A contratação do objeto "Registro de Preços visando aquisição de Kits Auxílio Natalidade" pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do município de Palmácia/CE atende plenamente aos requisitos da Lei 14.133 de licitações, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.

A aquisição desses kits é de extrema importância para garantir o apoio e assistência necessários às famílias em situação de vulnerabilidade social, especialmente aquelas que estão prestes a receber um novo membro. Os kits auxílio natalidade contêm itens essenciais para o cuidado com o recém-nascido, como fraldas, roupas, produtos de higiene, entre outros, contribuindo para o bem-estar e saúde do bebê e da mãe.

Ao optar pela modalidade de Registro de Preços, a administração pública de Palmácia poderá realizar a contratação de forma mais ágil e econômica, uma vez que permite a aquisição dos kits de acordo com a necessidade e disponibilidade de recursos, garantindo a melhor relação custo-benefício para o município.

Além disso, a realização de uma licitação para a contratação dos fornecedores dos kits auxílio natalidade assegura a transparência e a competitividade no processo de compra, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e em conformidade com a legislação vigente.

Dessa forma, a contratação do objeto em questão atende aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme preconiza a Lei 14.133 de licitações, contribuindo para a promoção do desenvolvimento social e o bem-estar da população de Palmácia.

**POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

Após análise detalhada do objeto de contratação pública para a aquisição de kits auxílio natalidade, destinados à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do município de Palmácia/CE, concluímos que a contratação é adequada para atender a necessidade específica da população beneficiária. Os kits auxílio natalidade são essenciais para garantir o bem-estar das famílias em situação de vulnerabilidade social, fornecendo itens básicos para o cuidado com o recém-nascido. Além disso, a utilização do registro de preços possibilita a obtenção dos produtos de forma mais econômica e eficiente, garantindo a continuidade do atendimento às demandas da secretaria.

A contratação pública para a aquisição dos kits auxílio natalidade demonstra o compromisso da administração municipal de Palmácia/CE com a promoção da assistência social e o desenvolvimento das famílias mais necessitadas. A disponibilização desses materiais contribui para a redução das desigualdades e para a garantia dos direitos fundamentais das crianças e de suas famílias. Portanto, consideramos que a contratação é adequada e necessária para o atendimento da demanda existente, promovendo a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento dos laços familiares no município.

Palmácia-CE, 15 de Abril de 2024.

*Ana Carine do Nascimento Feitosa*  
**Ana Carine do Nascimento Feitosa**

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMÁCIA**

<https://transparencia.acontratacao.com.br/pmpalmacia/etp>

CHAVE: 7eabe3a1649ffa2b3ff8c02ebfd5659f







**ANEXO III**

**ATA DE REGISTRO FORMAL DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_**  
**- DESTINA A EVENTUAIS EFUTURAS**  
**AQUISIÇÕES ..... E A EMPRESA “**  
**.....”**

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_, com sede em Av. \_\_\_\_\_, Nº \_\_\_\_\_ - bairro \_\_\_\_\_ - Estado do Ceará, – CEP \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ sob o Nº \_\_\_\_\_, neste ato representado pela sua Secretária de \_\_\_\_\_, Sra. \_\_\_\_\_, Denominado de **Órgão Gerenciador** e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_ e Inscrição Estadual n.º \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, fone: (\_\_\_\_)\_\_\_\_\_, neste ato representada por seu \_\_\_\_\_, o Sr. \_\_\_\_\_, ao final assinado, doravante denominada **EMPRESA DETENTORA DA ATA**, tendo em vista a homologação do resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_\_** pelo tipo de Licitação de **MENOR PREÇO POR LOTE**, regida pela Lei Federal n.º 14.133/2021, Decreto Federal n.º 11.462/2023, Decreto Municipal n.º \_\_\_\_\_ e de forma suplementar por legislação pertinente à matéria, com base na proposta da **EMPRESA DETENTORA DA ATA** e no edital do processo supramencionado, aos quais ficam estritamente vinculados, têm entre si justa e acordada a celebração da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual \_\_\_\_\_, especificado(s) no Termo de Referência, anexo XX do Edital do **[PROCESSO LICITATÓRIO]**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem nesta Ata de Registro de Preços;

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o **Gabinete do Prefeito**.

3.2. Além do órgão gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços todos os demais solicitantes constantes nos Documentos de Formulação de Demanda.

*[Assinatura]*



#### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. Os órgãos da Prefeitura de Pacoti que não participaram do procedimento de IRP e que durante a vigência da ata desejem aderir a esta poderão fazê-lo, na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3.2. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.2.

#### **Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6.1. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

#### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.





5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Não haverá reajuste de preços, em razão do limite de 12 (doze) meses de vigência da ata de registro de preços, conforme vedação do art. 2º, § 1º, da Lei 10.192/2001, exceto no caso de prorrogação desta Ata de Registro de Preços.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, qual seja o índice IGP-M/FGV;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**



7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

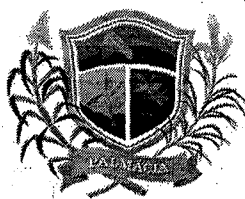
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço



registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

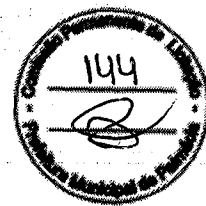
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.



GOVERNO MUNICIPAL DE  
**PALMÁCIA**



11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em **2 (duas)** vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

..... de..... de 2024

\_\_\_\_\_  
ORGAO GERENCIADOR

\_\_\_\_\_  
FORNECEDORES



**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2024**

**CADASTRO DE RESERVA**

Os fornecedores do cadastro de reserva do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_\_**, **PROCESSO N.º \_\_\_\_\_**, conforme abaixo:

**EMPRESA CLASSIFICADA EM SEGUNDO LUGAR - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ/MF XXXXXXXXXXXXXXXX, sediada na Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXXXXXX, classificada e registrada em segundo lugar, que concorda e assina esta Ata para o fornecimento dos itens, pelos preços registrados iguais ao do licitante vencedor, se ocorrer às hipóteses previstas artigos 28 e 29 do Decreto Federal n.º 11.462/2023;

**EMPRESA REGISTRADA EM TERCEIRO LUGAR - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ/MF XXXXXXXXXXXXXXXX, sediada na Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXXXXXX, classificada e registrada em terceiro lugar, que concorda e assina esta Ata para o fornecimento dos itens, pelos preços registrados, se ocorrer às hipóteses previstas nos artigos 28 e 29 do Decreto Federal n.º 11.462/2023, da empresa vencedora e da registrada em segundo lugar.





ANEXO III

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO**  
(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PALMÁCIA, POR  
INTERMÉDIO DO (A)  
..... E

A Prefeitura Municipal de Palmácia, por intermédio do(a) .....  
(órgão contratante), ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a)  
pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de .... de .....  
de 20..., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no  
CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado  
CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no  
contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo  
em vista o que consta no processo epígrafado e em observância às disposições da Lei nº 14.133,  
de 1º de abril de 2021, no Decreto municipal nº 010/2023, e demais legislação aplicável, resolvem  
celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as  
cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de ....., nas condições  
estabelecidas no Termo de Referência.  
1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	MARCA	QUAN	V. UNIT	V. TOTAL
1						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;  
1.3.2. O Edital da Licitação;  
1.3.3. A Proposta do contratado;  
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a)  
....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.  
2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade  
competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração,  
permitida a negociação com o contratado.  
2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.  
2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

146



2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de fornecimento e serviços efetivamente prestados.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:



- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de *até 10 (dez) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *até 10 (dez) dias*.
- 8.12. *Notificar os emitentes das garantias, se for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, quando for o caso, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento a prova de regularidade perante: a Fazenda Federal, a



Seguridade Social, ao FGTS-CRF, a Justiça do Trabalho; e a Fazenda Estadual e/ou a Municipal, a depender do exigido em edital e Termo de Referência.

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. *No caso de aquisição de bens com prestação de serviços acessória, o contratado deve ainda:*

9.18.1. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.18.2. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.18.3. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.18.4. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.18.5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução, em virtude da baixa complexidade do objeto, tratando-se de aquisição simples de alimento.*



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  2. *Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
    - i. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
  3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
  4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.
  5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato.
  6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.
  7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)



11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:





a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

--	--	--	--

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto municipal nº 010/2023 e suas alterações, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, nos termos do Acórdão 2569/2018, bem como normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada



necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no sítio oficial da Prefeitura de Palmácia na internet, na forma prevista no art. 52, inciso II do Decreto municipal nº 010/2023, conforme autorização do art. 176, inciso III c/c parágrafo único I e II da Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca vinculada de Palmácia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

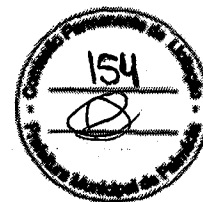
Palmácia (CE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO



# GOVERNO MUNICIPAL DE **PALMÁCIA**



## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO

#### DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ nº....., com sede na....., e-mail:....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins que:

Sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, junto ao Município de PALMÁCIA, Estado do Ceará, que:

- a) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- b) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

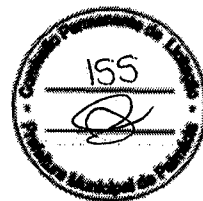
Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

.....  
(Data)

.....  
(Representante legal)



GOVERNO MUNICIPAL DE  
**PALMÁCIA**



ANEXO V

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

A PREGOEIRA DO GOVERNO MUNICIPAL DE PALMÁCIA.

Processo: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº PERP-\_\_\_\_.2024**

Data e Hora de Abertura: \_\_\_\_\_ às \_\_\_\_\_ horas

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE KITS AUXÍLIO NATALIDADE, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PALMÁCIA/CE, TUDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONTIDAS NO PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.

**LOTE UNICO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.						
VALOR GLOBAL R\$						

**VALOR GLOBAL:** R\$ ..... (.....).

**PRAZO DE ENTREGA:** Até **05 (CINCO) DIAS**, a contar da expedição da ORDEM DE COMPRA.

**VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 (sessenta) dias.

O licitante declara que tem o pleno conhecimento, aceitação e cumprirá todas as obrigações contidas no anexo I – Projeto Básico/Termo de Referência deste edital.

Independente de declaração expressa, fica subentendida que no valor proposto estão incluídas todas as despesas necessárias ao fornecimento dos produtos, inclusive as relacionadas com:

- encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros;
- tributos, taxas e tarifas, emolumentos, licenças, alvarás, multas e/ou qualquer infração;
- seguros em geral, da infortunistica e de responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, gerados direta ou indiretamente pelo fornecimento dos produtos objeto desta licitação.

.....  
(Data)

.....  
(Representante legal)

**Obs: Devendo ser assinada pelo representante legal somente na Proposta adequada (final).**

**Observações:**

- Esta Proposta deverá ser anexada junto ao sistema da Bolsa Brasileira de Mercadorias (<https://www.novobbmnet.com.br>) em PDF

PAÇO MUNICIPAL

PRAÇA 7 DE SETEMBRO - 653 - CENTRO - PALMÁCIA/CE - CEP. 62780-000.

CNPJ Nº 07.711.666/0001-05 - CGF Nº 06.920.202-8